

# Lineagro Produtos Agropecuários S/A

CNPJ/ME nº 21.018.928/0001-73

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>		<b>83.560</b>	<b>56.280</b>
Caixa	4	48	40
Bancos	4	7.644	5.214
Duplicatas a Receber	5	35.144	21.826
Mercadorias para Revenda		38.834	27.775
Adiantamentos	6	1.470	1.305
Impostos a Recuperar		421	120
<b>Ativo não circulante</b>		<b>2.448</b>	<b>1.644</b>
Imobilizações Técnicas	7	2.448	1.644
<b>Total do ativo</b>		<b>86.008</b>	<b>57.924</b>
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)</b>			
		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro do exercício</b>		<b>10.740</b>	<b>2.955</b>
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>10.740</b>	<b>2.955</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais** – Lineagro Produtos Agropecuários Ltda-Me é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Goiânia-GO, à Avenida Castelo Branco, 2.411, Setor Campinas e tem como principal objetivo a comercialização de insumos para a atividade agrícola e agropecuária: defensivos agrícolas, medicamentos e drogas de uso veterinário, comércio de alimentos para animais de estimação e animais de grande porte. Foi constituída em 10/09/2014 e possui filiais nas cidades de Água Boa-MT, São Miguel do Araguaia-GO, Confresa-MT, Gurupi -TO e Barra do Garças MT. **1.1. Impacto decorrente da COVID-19 para o negócio:** Diante da constatação da instalação da pandemia da COVID-19 no Brasil e dos reflexos da mesma na legislação de todas as esferas governamentais, adicionalmente as recomendações das entidades médico-científico, a Companhia foi autorizada a continuar as suas atividades seguindo um plano de contingência. Para tanto foi aplicado as medidas sanitárias e distanciamento social de forma a prevenir o contágio e disseminação da COVID-19. **1.2. Impactos financeiros:** A Companhia não teve impacto negativo financeiro, com relação a seus recebimentos e pagamentos, os prazos ocorreram de acordo com o histórico da Companhia. **1.3. Impactos nos empréstimos:** A Companhia não teve impacto negativo financeiro, com relação a seus pagamentos de empréstimos, os prazos ocorreram de acordo com o contrato firmado. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **(a) Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(b) Aprovação das demonstrações contábeis:** A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 16 de março de 2022. A Companhia perante as legislações vigentes não é obrigada a ter as suas demonstrações contábeis auditadas. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do final do exercício, referente a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para os instrumentos derivativos. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria. Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. **Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Os prejuízos de impairment são reconhecidos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidência de impairment para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2021. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) (impairment). **2.5. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido

Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante	Nota	2021	2020
<b>Passivo circulante</b>		<b>73.416</b>	<b>53.561</b>
Fornecedores	8	61.473	45.679
Empréstimos	11	5.269	2.433
Salários a Pagar	9/10	460	129
Impostos, Taxas, Contrib	9/10	782	258
Credito Cliente		337	785
Entrega Futura	12	2.716	3.359
Provisões	9/10	2.335	687
Mercadoria de terceiros		45	232
<b>Passivo não circulante</b>		<b>1.126</b>	<b>-</b>
Conta Corrente Sócios		1.126	-
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>11.466</b>	<b>4.363</b>
Capital Social	14.1	200	200
Reservas de Lucros		11.266	4.163
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>86.008</b>	<b>57.924</b>

de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.6. Imobilizado:** Edifícios e dependências, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações industriais, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias divulgadas na Nota nº 7, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como, custo das vendas, despesas com vendas e administrativas. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados baseados na utilização econômica do bem e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual do ativo imobilizado é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados no passivo não circulante. **2.9. Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação devido a nova estimativa é reconhecido no resultado do exercício, como despesas operacionais, enquanto a atualização da obrigação por passagem do tempo é reconhecida em despesas financeiras. **2.10. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais, bases negativas e as diferenças temporárias possam ser usadas. O ICPC 22 Interpretação Técnica – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações contábeis. **2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.12. Reconhecimento da receita: (a) Revenda de mercadorias:** O reconhecimento da receita se baseia nos princípios a seguir: **(i) As vendas são realizadas à vista e a prazo.** A receita é reconhecida no momento da entrega da mercadoria ao cliente nas dependências da loja ou no momento de seu despacho para o endereço do cliente, ponto onde o controle é transferido; **2.12.1. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12.2. Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício de acordo com o princípio contábil de competência de exercícios. **2.13. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros para os quotistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis, quando aprovada pelos quotistas em assembleia. Esta distribuição é realizada com base nos requerimentos constantes no contrato social da Companhia. **2.14. Arrendamentos definição IFRS 16 (CPC 06 R2):** A Companhia avaliou a adoção do IFRS 16 (CPC 06) Arrendamentos, que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, o qual considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transfere o direito de controlar o uso de um ativo por período determinado. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa apresentada em cada contrato. Os ativos associados ao direito de uso são mensurados pelo mesmo valor do passivo de arrendamento registrado. Dentre os contratos existentes e alcançados pela norma, os modelos de contratos de parceria não foram reconhecidos como passivos de arrendamentos e os ativos como direito de uso, ou seja, não foram contabilizados no escopo da norma contábil, pois a administração concluiu que estes contratos apresentam natureza jurídica

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Receita líquida de vendas</b>		<b>15</b>	<b>135.326</b>
Custo dos produtos vendidos	16	(106.974)	(60.607)
<b>Lucro bruto</b>		<b>28.352</b>	<b>13.286</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas operacionais	16	(17.726)	(9.339)
Outras receitas	16	234	120
Outras receitas e despesas	16	-	(2)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>10.860</b>	<b>4.065</b>
Receitas financeiras	17	6.257	643
Despesas financeiras	17	(881)	(267)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>5.376</b>	<b>376</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>16.237</b>	<b>4.441</b>
Provisão imp. renda/cont. social	13.1	(5.496)	(1.486)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>10.740</b>	<b>2.955</b>

e de operação diversa de arrendamento. **2.15. Novas normas alterações e interpretações:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis da adoção destas normas. **\* Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **\* Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **\* Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso:** custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **\* Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual:** esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas** – As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **3.1. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. Os tributos diferidos são reconhecidos contabilmente sobre as adições e exclusões temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **3.2. Revisão do valor recuperável do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil

**7. Imobilizado**

	Custo histórico Moeves	Custo histórico Veículos	Custo histórico Maquinas	Custo histórico Instalações	Custo histórico Softwares	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>246</b>	<b>46</b>	<b>1.807</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.099</b>
Adições	333	14	447	2	121	917
Transferência	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>579</b>	<b>60</b>	<b>2.254</b>	<b>2</b>	<b>121</b>	<b>3.016</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(61)</b>	<b>(33)</b>	<b>(361)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(455)</b>
Depreciações	(27)	(12)	(53)	-	(20)	(111)
Transferência	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(88)</b>	<b>(45)</b>	<b>(414)</b>	<b>-</b>	<b>(20)</b>	<b>(567)</b>
Custo	579	60	2.254	2	121	3.016
Depreciação acumulada	(88)	(45)	(414)	-	(20)	(567)
<b>Valor líquido 2021</b>	<b>491</b>	<b>15</b>	<b>1.840</b>	<b>2</b>	<b>101</b>	<b>2.449</b>
Custo	246	46	1.807	-	-	2.099
Depreciação acumulada	(61)	(33)	(361)	-	-	(455)
<b>Valor líquido 2020</b>	<b>185</b>	<b>13</b>	<b>1.840</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>1.644</b>

**8. Fornecedores**

	2021	2020
Fornecedores de matéria-prima e insumos	61.079	45.377
Fornecedores de serviços e material de consumo	394	302
<b>Total</b>	<b>61.473</b>	<b>45.679</b>

**9. Obrigações e encargos trabalhistas**

	2021	2020
Obrigações e salários a pagar	174	50
Provisão de férias a pagar	930	288
FGTS a pagar	64	21
INSS a pagar	433	57
<b>Total</b>	<b>1.601</b>	<b>416</b>

**10. Obrigações tributárias**

	2021	2020
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	1.406	399
ICMS a pagar	-	133
PIS e COFINS a pagar	50	18
IRRF a recolher	235	28
Outras obrigações a pagar	285	80
<b>Total</b>	<b>1.976</b>	<b>658</b>

**11. Empréstimos e financiamentos**

Tipo	Encargos	Garantias	2021	2020
Capital de Giro Garantido por Duplicata	12,0% a.a.	(1)	5.259	2.433
			5.269	2.433
Circulante			5.269	2.433
Não Circulante			-	-

**Garantias: (1) Títulos a receber de clientes:** Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia aproxima-se de seu valor justo. **12. Faturamento Antecipado**

	2021	2020
<b>Faturamento antecipado</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Matriz	341	980
Água boa	120	753
Sao miguel do araguaia	1.334	1.327
Confresa	688	299
Gurupi	164	-
Barra do garças	68	-
<b>Total</b>	<b>2.716</b>	<b>3.359</b>

**13. Remuneração de sócios e administradores** – No período encerrado em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do administrador a título de Pró-Labore totalizou R\$ 24 (2020 – R\$ 24). O valor da remuneração é fixo, foi aprovado na eleição da diretoria e não há remuneração variável. **13.1. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

	2021	2020
Lucro líquido antes dos impostos	16.237	4.441
Alíquota máxima	34%	34%
<b>Total</b>	<b>(5.521)</b>	<b>(1.510)</b>

Exclusões e adições permanentes, líquidas

Incentivo fiscal de ICMS, não tributado

Juros sobre capital próprio

Outros Tributos

**Despesas com Impostos de Renda e Contribuição Social**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>200</b>	<b>2.808</b>	<b>3.008</b>
Lucro do exercício			2.955	2.955
Lucros Distribuídos	14.2		(1.600)	(1.600)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>200</b>	<b>4.163</b>	<b>4.363</b>
Lucro líquido do exercício			10.740	10.740
Lucros distribuídos	14.2		(3.637)	(3.637)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>		<b>200</b>	<b>11.266</b>	<b>11.466</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)**

	2021	2020
<b>Saldo Inicial do Caixa</b>	<b>5.254</b>	<b>2.837</b>
<b>Geração Interna de Recursos</b>		
Lucro Líquido do Exercício	10.740	2.955
Depreciação	113	186
<b>Total</b>	<b>10.853</b>	<b>3.141</b>